

Redes Sociais e Economia de Libertação

Euclides André Mance*

Curitiba, 18 de junho de 2013

A revolução das redes vem avançando para o plano político em escala global. Praças ocupadas, governos derrubados em muitos países e a autoconsciência de um poder social até então insuspeito. Mas ela ainda não eclodiu no plano econômico -- o que ocorrerá em breve, nas próximas fases de sua evolução, no cronograma próprio dos ciclos da história humana, que se mede por décadas e gerações.

Cenas cada vez mais comuns em tantos lugares: fluxos de milhares de pessoas caminhando, ao mesmo tempo, pelas ruas e praças em diferentes cidades e continentes de um mundo globalizado, em direção dos símbolos do poder, querendo ser ouvidas, como protagonistas da história coletiva de seus povos. Movimentos de massas sociais, em diferentes lugares, interconectados por fluxos comunicativos, mediados por redes de informação.

Mas boa parte desses atores ainda não descobriu como ser protagonista dos fluxos econômicos de sua própria vida, alimentada necessariamente por seu próprio consumo. Afinal, em que medida essas mesmas massas populares automobilizadas, organizadas em redes colaborativas, seguem contribuindo para a concentração do poder econômico e para a degradação dos ecossistemas?

Essa pergunta tem sua razão de ser, pois a maior parte do dinheiro que as pessoas gastam, para atender às suas necessidades e aos seus desejos, continua a beneficiar as mesmas empresas capitalistas que acumulam, sempre mais, a riqueza socialmente produzida, que ampliam seus poderes corporativos, condicionam o poder dos Estados e continuam a destruir o planeta.

As dívidas feitas para com elas, por meio de cartões de crédito e de financiamentos a perder de vista, reeditam a versão pós-moderna da “escravidão por dívidas” e transformam os endividados na nova classe dos “escravos” do sistema financeiro e das contas a pagar.

Mas igualmente os Estados, cada vez mais endividados, são forçados por essas corporações a impor políticas de austeridade, para continuar pagando dívidas que enriquecem a tais empresas e seus

acionistas. Assim fazendo, tais países não terão sua pontuação rebaixada por agências de risco e não assistirão à temida fuga de capitais, perante os quais deverão sempre dobrar os joelhos e pagar as taxas que os “mercados” exijam na rolagem de títulos públicos -- gastando, em tal pagamento, boa parte dos recursos oriundos dos impostos, que deveriam ser destinados à saúde, educação, transporte coletivo, cultura, habitação, etc.

Mas tenho certeza de que esta esta *revolução das redes*, passando pela esfera da informação e da política vai eclodir também na esfera da economia. E, quem olhar com atenção, verá que essa revolução das redes colaborativas, na esfera da economia solidária, já começou a dar os seus primeiros passos, estando a construir as bases de uma autêntica economia de libertação.

Toda verdadeira revolução se define por construir o novo. A atual *revolução das redes* que se propaga pelo mundo, para ser vitoriosa, terá de construir uma economia a serviço da libertação de todos os seres humanos, uma economia autogestionada por quem consome e trabalha, em empresas solidárias que não tenham patrão nem empregado e que cresçam interligadas entre si, para que os fluxos da riqueza, gerados pelo trabalho e pelo consumo, favoreçam o desenvolvimento de suas comunidades e não continuem a fluir para os buracos negros do grande capital, que estão engolindo os Estados endividados, as pessoas endividadas, os recursos do planeta, gerando cada vez mais desemprego e exclusão pelo mundo todo, violência, miséria e fome.

Os fluxos a serem interrompidos não são os do trânsito nas ruas, mas os da acumulação do valor econômico pelas empresas capitalistas, por seus bancos e acionistas. O objetivo das redes socioeconômicas solidárias deve ser o de distribuir esses fluxos, para que eles cheguem de maneira justa a todos, a começar pelos 40% da população mundial que vivem na pobreza e na miséria, com menos de 2 dólares ao dia.

Quebrar caixas automáticos, invadir bancos, incendiar carros ou patrimônio público não rompe em nada os fluxos do capital. Pelo contrário, criam o clima desejado pelo grande capital especulativo, para que a rolagem de títulos públicos favoreça ainda mais os seus interesses privados, para que ganhem mais dinheiro com a oscilação cambial e do valor das ações nas bolsas de valores. O infeliz imaginava que queimou um carro... Mas na verdade ele aumentou, com isso, o endividamento de seu próprio país. Derrubar governos ou substituí-los, não significa fazer revolução.

De fato, o poder não está nos palácios dos governos. Pois o poder de uma rede não está nos seus nodos, mas nos fluxos que os constituem, que criam e recriam seus nodos para atender às demandas

de regeneração e perpetuação dos próprios fluxos da rede. Eliminar nodos de uma rede qualquer não significa extinguir os fluxos de poder de uma rede, mas simplesmente fortalecer com mais fluxos de poder a outros atores, a outros nodos da mesma rede, que podem seguir reproduzindo com maior intensidade o mesmo sistema de dominação que se deseja abolir.

O poder flui pelas redes e reside na organização e gestão dos seus fluxos: de informação, de valores econômicos, de votos que elegem projetos de sociedade, etc. As *redes do capital* estão interligadas. Seguem controlando os fluxos de informação, os fluxos financeiros e as políticas adotadas internacionalmente.

As nuvens de dados estão em servidores, na maioria privados, com fins de lucro. Facebook, Twitter, a maioria dos canais de TV e das grandes mídias são empresas capitalistas. E seus lucros sempre aumentam com os fluxos de audiência que lhes conferimos com nossas necessidades de comunicação.

Redes de inteligência militar: os fluxos de dados de GPS que guiam o trajeto no trânsito de nossas cidades são controlados pelas Forças Armadas dos Estados Unidos, através do Departamento de Defesa. O controle da Internet não é democrático e muitos dos propósitos da Arpanet que lhe deram origem, ainda são cumpridos no atendimento de demandas de governos, centros de pesquisa estratégica, aparatos militares e de espionagem. Os domínios de Internet no mundo todo estão submetidos ao ICANN, que por sua vez responde ao departamento de comércio dos Estados Unidos, órgão do Governo Americano.

Redes de sistemas financeiros, interligados globalmente, que são o destino verdadeiro da maior parte de nossos impostos, a enriquecer grandes empresas e acionistas em diferentes países.

Redes de comércio, integrando mundialmente lojas com grandes superfícies, espalhadas em todos os continentes. Uma única rede, o Walmart, está no topo da concentração desses fluxos, como a maior rede capitalista de comércio global, sendo a segunda maior empresa de faturamento mundial. Neste ano, sua receita deve chegar a um trilhão de reais -- valor maior que o PIB da Venezuela, Bélgica, Suíça, Chile ou Portugal. Sem falar de tantas outras redes industriais, de laboratórios farmacêuticos, de biotecnologia, etc.

De fato, o poder que permeia os Palácios, para onde as marchas vão, não reside ali: ele flui pelas redes, com suas conexões e fluxos, que interligam os diferentes domínios da vida. E justamente por

isso, o poder que elas exercem não reside nelas mesmas. É alimentado pelas pessoas concretas, pelas ações destas pessoas em seus territórios, nos locais onde vivem, onde moram, estudam ou trabalham. Pessoas que não poderiam existir sem os fluxos ecológicos, econômicos e culturais que estão na base de sua constituição como seres livres.

Mas já é perceptível, nessa última década, que as massas que saem pelas ruas a protestar, a ocupar praças e a derrubar governos vão descobrindo, pouco a pouco, que elas mesmas continuam a reproduzir diferentes redes de dominação com o exercício de seu próprio poder de cidadão, de consumidor e de trabalhador. Então, elas começam a se perguntar: o que fazemos com nosso poder de consumo, de comunicação, de voto, de produção de riqueza?

As verdadeiras revoluções ou constroem o novo ou convertem-se em meras reformas. A revolução que está em marcha pelo mundo, deve libertar as nossas redes do controle de quem nos oprime e fortalecer as organizações democráticas em defesa do bem comum. Para isso nossos fluxos de poder, nossos fluxos de consumo, de valores, de produção e de comércio tem de ser organizados em redes descentralizadas e distribuídas de maneira inteligente, com vistas a por fim a essa era de opressão, de “escravidão por dívidas” e de destruição do planeta. Trata-se de construir nodos solidários de redes econômicas, com fluxos de consumo, compras, vendas, produção, financiamento, geração de créditos solidários e desenvolvimento tecnológico interligados entre si. Trata-se de organizar redes economicamente livres, que combatam cotidianamente todas as formas de opressão e de dominação, econômica, política ou cultural. E agregá-las em redes de redes.

Em síntese, uma revolução que desabroche em sociedades de *bem-viver*. Em outras palavras, em sociedades que assegurem as liberdades públicas e privadas de todos, de maneira socialmente justa e ecologicamente sustentável, garantindo a todas as pessoas, na melhor solução possível, os meios econômicos, políticos, educativos e informativos para o exercício ético da sua liberdade - isto é, para o exercício da liberdade que promove colaborativamente a liberdade dos demais. Pois, como dizia Paulo Freire: “Ninguém liberta ninguém; ninguém se liberta sozinho. Os seres humanos se libertam em comunhão”. Na *ação* histórica de fazer *comum* o que há de melhor em cada pessoa, na defesa incansável da libertação de todos.

* Euclides André Mance é diretor de Solidarius Brasil e coordenador do Instituto de Filosofia da Libertação - IFiL.